

XU Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica

28º

Encontro de Iniciação Científica da UENF

20º

Circuito de Iniciação Científica do IFFluminense

16ª

Jornada de Iniciação Científica da UFF



U III Congresso Fluminense de Pós-Graduação

23ª

Mostra de Pós-Graduação da UENF

8ª

Mostra de Pós-Graduação do IFFluminense

8ª

Mostra de Pós-Graduação da UFF

FORMAS ATUAIS DE ACESSO AO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA, UMA FACE PERVERSA DA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

Vanessa Rodrigues Moreira, Geraldo Márcio Timóteo.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), parte integrante da seguridade social brasileira, previsto na Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social brasileira (LOAS), prevê o pagamento de um salário mínimo mensal a pessoa idosa a partir de 65 anos, ou com deficiência que apresente impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo, e que não possua meios de prover sua manutenção, através da comprovação de renda per capita inferior a um quarto do salário mínimo. Atualmente, para requerer este benefício, o idoso ou pessoa com deficiência precisa utilizar canais remotos do INSS, órgão que operacionaliza o benefício, pela Internet através do serviço "Meu INSS", pelo aplicativo no celular ou ainda ligando para a Central 135, não sendo mais possível o requerimento presencial, junto às agências do INSS. Também é obrigatório a inclusão dos requerentes e seus familiares no Cadastro Único. Essa obrigatoriedade se estende a quem já é beneficiário. Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objeto a análise das atuais formas de requerimento para acesso e manutenção do BPC, considerando o processo de inclusão e atualização de dados no Cadastro Único dos beneficiários e dos novos requerentes e as dificuldades de articulação entre o INSS e a política de assistência social nos municípios brasileiros. A metodologia aplicada foi a pesquisa documental e de campo e coleta de dados, em um movimento teórico que seja capaz de compreender a conjuntura formada por um complexo de determinantes econômicos, políticos, sociais e culturais e sua relação com a seguridade social no país. No contexto revelado, é possível concluir que é perverso falar em canais remotos de atendimento para acesso a um benefício tão importante, para um grupo de pessoas que tem pouco ou nenhum acesso a esses canais, por falta de equipamentos e acesso a internet. E mesmo aqueles que de alguma forma, consigam iniciar o requerimento, encontram diversas barreiras como a baixa escolaridade, questões de saúde (visão, audição), dificuldades de entendimento e de comunicação, complexidade dos procedimentos de requerimento do Benefício e das ações para sua manutenção, inclusive de acesso à política de assistência social.

Palavras-Chaves: BPC, seguridade social, assistência social, INSS, barreiras.

Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF/ Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais.

ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO:



APOIO:



XU Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica

28º
Encontro de Iniciação Científica da UENF

20º
Circuito de Iniciação Científica do IFFluminense

16ª
Jornada de Iniciação Científica da UFF



U III Congresso Fluminense de Pós-Graduação

23ª
Mostra de Pós-Graduação da UENF

8ª
Mostra de Pós-Graduação do IFFluminense

8ª
Mostra de Pós-Graduação da UFF

PRESENT FORMS OF ACCESS TO THE CONTINUOUS PROVISION BENEFIT, A PERVERSE FACE OF BRAZILIAN SOCIAL SECURITY

Vanessa Rodrigues Moreira, Geraldo Márcio Timóteo.

The Benefit of Continued Provision (BPC), an integral part of Brazilian social security, provided for in the Federal Constitution of 1988 and regulated by the Organic Law of Brazilian Social Assistance (LOAS), provides for the payment of a monthly minimum wage to the elderly from 65 years old, or with a disability that presents long-term physical, mental, intellectual or sensory impediments, and who does not have the means to provide for their maintenance, through proof of per capita income of less than a quarter of the minimum wage. Currently, to apply for this benefit, the elderly or person with a disability needs to use remote channels of the INSS, the body that operates the benefit, via the Internet through the "Meu INSS" service, via the application on the cell phone or even by calling Central 135, not being as much as possible the application in person, with the agencies of the INSS. It is also mandatory to include applicants and their family members in the Cadastro Único. This obligation extends to those who are already beneficiaries. Given this scenario, the present work aims to analyze the current forms of application for access and maintenance of the BPC, considering the process of including and updating data in the Single Registry of beneficiaries and new applicants and the difficulties of articulation between the INSS and the social assistance policy in Brazilian municipalities. The methodology applied was documentary and field research and data collection, in a theoretical movement that is capable of understanding the situation formed by a complex of economic, political, social and cultural determinants and their relationship with social security in the country. In the context revealed, it is possible to conclude that it is perverse to talk about remote service channels to access such an important benefit, for a group of people who have little or no access to these channels, due to lack of equipment and internet access. And even those who somehow manage to start the application, encounter several barriers such as low education, health issues (vision, hearing), difficulties in understanding and communication, complexity of the Benefit application procedures and actions for its maintenance, including access to social assistance policy.

Keywords: BPC, social security, social assistance, INSS, barriers.

Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF/ Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais.

ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO:



APOIO:

